

UBIRATÃ

PREFEITURA



Processo Licitatório Nº 5722/2022
Pregão Eletrônico Nº 104/2022

DECISÃO

Através do presente, decido por manter a decisão da Divisão de Licitação no julgamento do pregão eletrônico em epígrafe, amparado exclusivamente nos fundamentos do Despacho nº 01 arquivado nos autos.

Considerando a decisão, que seja dado sequência aos demais trâmites legais para adjudicação e homologação do objeto (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE CORTE DE ÁRVORES) à empresa T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, com o valor global de R\$- 999.843,00 (Novecentos e noventa e nove mil oitocentos e quarenta e três reais).

Ubiratã, Parana, 11 de Agosto de 2022.

FABIO DE
OLIVEIRA

DALECIO:600
76020959

Assinado de forma
digital por FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2022.08.11
15:02:16 -03'00'

Fábio de Oliveira Dalécio
Prefeito

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

DESPACHO Nº 01

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5722/2022

Diante do julgamento do pregão cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE CORTE DE ÁRVORES, realizado no dia 25/07/2022 com início às 08h30min, visto que a pregoeira que conduziu o certame não pertence mais ao quadro de funcionários do setor de licitação, a Divisão de Licitação resolve por responder e decidir o recurso.

DECISÃO DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA ECOVITALLE SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI, RELATIVO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022

Apresento a decisão a respeito do Pregão Eletrônico Nº 104/2022, sendo o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE CORTE DE ÁRVORES.

1 – DOS FATOS

A sessão Pública para julgamento do referido pregão foi aberta às 08h30 min do dia 25 de Julho de 2022 e encerrou às 10h05min do dia 26 de julho de 2022 conforme Ata da Sessão. Participaram do certame 6 empresas distintas. Após a fase de lances, foi convocada a empresa melhor classificada T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO para apresentar a sua proposta e a planilha de preços no prazo de 4 horas conforme consta em edital, após ser verificado que a planilha era condizente ao solicitado em edital a proposta foi aceita pela pregoeira. Após a fase de julgamento da proposta a pregoeira conduziu para fase de habilitação, que ao verificar as informações concluiu que a empresa comprovou atender as exigências editalícias. Após habilitar a empresa T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, foi aberto o prazo para intenção de recurso, onde a empresa ECOVITALLE SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI manifestou a intenção de recorrer conforme discorre:

Manifestamos intenção de interpor recurso pois entendemos que a suspensão realizada pelo pregoeiro sem a devida justificativa aumentou de forma irregular o prazo para envio da documentação complementar do arrematante, ferindo assim, princípios a serem seguidos no processo licitatório como iremos expor em nossas razões.

A empresa ECOVITALLE SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI recursou contra a classificada T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, em seu recurso a empresa discorreu sobre suas razões:

3. DAS RAZÕES

3.1 DESRESPEITO AOS ITENS 12.1, 12.1.7 e 12.2 do EDITAL - NÃO OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – LICITANTE QUE APRESENTOU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES FORA DO PRAZO ESTIPULADO EM EDITAL (PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS)

A Licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, consagrou-se vencedora do Processo Licitatório do Pregão Eletrônico 104/2022, conforme citado anteriormente. No entanto, apresentou a documentação complementar de Planilha de Composição de Custos fora do prazo previsto no edital de licitação, e consequentemente, em desacordo a legislação vigente que regulamenta os processos de licitações.

bela, amada e gentil



É de conhecimento comum, que dentre os principais princípios licitatórios destaca-se o da vinculação da administração ao edital, o qual regulamenta o certame licitatório, princípio previsto no art. 3º, da Lei 8.666/1993.

Tal princípio, assegura a todos os envolvidos, que durante a participação de um processo licitatório, as regras lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação sejam obrigatoriamente respeitadas, sob pena de ofensa ao citado princípio da vinculação do edital, segundo o qual diz que o "edital é lei entre as partes", ou seja, que todos devem se submeter as regras lá impostas, sendo este um dos mais importantes nortes em qualquer processo licitatório. O edital do Pregão Eletrônico 104/2022, exigiu, em seus itens 12.1, 12.1.7 e 12.2, que após a fase de lances, o vencedor deveria encaminhar a Planilha de Composição de Custos, em arquivos em formato PDF e Excel, juntamente com a proposta ajustada no prazo máximo de 04 (quatro) horas, sob pena de desclassificação da proposta, conforme imagem abaixo extraída do edital: Logo, o instrumento convocatório deixa claro nos itens 12.1 e 12.1.7, que a empresa vencedora, obrigatoriamente, deveria encaminhar proposta final, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema eletrônico "Compras.gov", devendo conter a Planilha de Composição de Custos em arquivo em formato PDF e Excel, devidamente assinada pelo responsável legal da Licitante:

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até quatro horas a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema "Compras.gov", e deverá conter:

12.1.7. Planilha de Custos e Formação de Preços, incluso composição dos insumos/equipamentos e uniformes/EPI's, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital, em formato Excel e PDF assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.

Não obstante a isso, o item 12.2 prevê ainda, que dentro do prazo de 04 (quatro) horas para envio da proposta ajustada previsto nos itens 12.1 e 12.1.7, estava contabilizado igualmente o prazo para envio da planilha, bem como das correções eventualmente solicitadas pelo Sr. Pregoeiro, sendo que, o não envio ou envio fora do prazo estipulado em edital da aludida documentação, acarretaria na desclassificação da proposta da Licitante. Senão vejamos:

12.2. No prazo de quatro horas estabelecido para envio da proposta vencedora está incluso o prazo para envio da Planilha de Custos e Formação de Preços e eventuais correções necessárias quando solicitadas pelo pregoeiro. Extrapolado o prazo sem que a licitante efetue as correções necessárias, a proposta será desclassificada, sendo convocada a empresa remanescente na ordem de classificação para exercício do mesmo direito.

Ademais, a Lei nº 8.666/1993, regulamenta como a Proposta vencedora deve ser apresentada ao Órgão licitante. Vejamos o disposto no artigo abaixo reproduzido:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

VI - Condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; Logo, considerando que o edital de licitação estabelece formas para apresentação das propostas, bem como critérios para seu julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos, e sendo que este exigiu que "A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até quatro horas a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema "Compras.gov", e deverá conter: Planilha de Custos e Formação de Preços, incluso composição dos insumos/equipamentos e uniformes/EPI's, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital, em formato Excel e PDF assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador" e que "No prazo de quatro horas estabelecido para envio da proposta vencedora está incluso o prazo para envio da Planilha de Custos e Formação de Preços e eventuais correções necessárias quando solicitadas pelo pregoeiro. Extrapolado o prazo sem que a licitante efetue as correções necessárias, a proposta será desclassificada, sendo convocada a empresa remanescente na ordem de classificação para exercício do mesmo direito.", tal exigência, inclusive destacada em negrito e em cor vermelha, devido a sua relevância, deve ser interpretada como critério de julgamento da proposta na referida

bela, amada e gentil



licitação.

Importante registra ainda, que os fatos aqui narrados em ordem cronológica podem ser confirmados pelo documento que seguirá em anexo da Ata da Sessão do Pregão Eletrônico 104/2022 (Doc. anexo).

Portanto, a considerar o envio da documentação fora do prazo estabelecido, a desclassificação da aludida proposta é medida imprescindível a ser adotada, sob pena de violação da regra disposta no artigo 41 da Lei 8.666/93, a saber:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Além disso, a Lei 8.666/93 determina os critérios para julgamento e classificação das propostas vencedoras, requisitos esses que não foram resguardados pelo Sr. Pregoeiro, uma vez em que aceitou a proposta da Licitante vencedora, vejamos o que dispõe o artigo 43 do referido diploma:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;
V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Do mesmo modo, o Sr. Pregoeiro ao aceitar a proposta aqui atacada, ignorou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e por consequência infringiu as determinações esculpidas no art. 44 da Lei nº 8.666/93:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. As demais informações será anexada aos autos do processo.

2 – DA ANÁLISE

Ao analisar o contexto foi possível identificar que a pregoeira realizou o ajuste da sessão com o intervalo do almoço antes de dar início a fase lance conforme podemos observar via chat do pregão em epígrafe:

Sistema 25/07/2022 08:30:00 A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 1 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 11:45 e entre 13:45 e 17:00. Mantenham-se conectados.

Antes da convocação do melhor classificada a pregoeira deixou registrado no chat a forma que iria conduzir o certame.

Pregoeiro 25/07/2022 09:10:22 Senhores, iniciarei a convocação da proposta readequada (de acordo com o último lance ofertado) da empresa classificada em primeiro lugar.

Pregoeiro 25/07/2022 09:12:18 No entanto, mediante convocação a empresa deverá atentar-se ao prazo de envio da proposta. Visto que o prazo máximo de envio da proposta e planilhas será de até 4 horas a contar da convocação.

Pregoeiro 25/07/2022 09:14:08 Conforme disposto no item 12.2. do edital, o prazo de quatro horas está incluso o prazo para envio da proposta, planilhas e eventuais correções necessárias, sendo que extrapolado o prazo sem que a licitante efetue as correções, a proposta será desclassificada.

Pregoeiro 25/07/2022 09:14:30 Darei um exemplo:

Pregoeiro 25/07/2022 09:20:29 Mediante convocação a empresa tem um prazo máximo de 4 horas para o envio dos documentos solicitantes, caso a empresa encaminhe a proposta e as planilhas em 30 minutos,

bela, amada e gentil



ficará um saldo de 3 horas e 30 minutos para as possíveis correções. Pregoeiro 25/07/2022 09:21:32 Caso, seja necessário realizar alguma correção, mediante convocação a empresa terá o prazo de 3 horas e 30 minutos, se a empresa encaminhar as planilhas corrigidas em 25 minutos, restará à ela um saldo de 3 horas e 05 minutos... e assim por diante.

Sistema 25/07/2022 09:21:47 Senhor fornecedor T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, CNPJ/CPF: 15.835.681/00

Após convocação da empresa melhor classificada a pregoeira suspendeu a sessão para o intervalo do almoço e explicou que a suspensão da sessão não afetaria no prazo para envio da planilha, conforme podemos observar via chat.

Pregoeiro 25/07/2022 11:45:14 Senhores, a sessão será suspensa e retomaremos às 13h45min.

Pregoeiro 25/07/2022 11:46:38 Informo a todos, que o período que a sessão fica suspensa não computa no prazo em envio da proposta e da planilha.

Diante modo a pregoeira continuou com a condução do certame e esclareceu um questionamento recebido no email conforme podemos observar via chat:

Pregoeiro 26/07/2022 Primeiramente, vou esclarecer a dúvida da empresa RBS OBRAS DE TERRAPLENAGEM 26/07/2022 10:06 Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/indexgov.asp> 5/6 08:38:22 EIRELI, a empresa encaminhou e-mail ao setor de licitações do município (licitacao@ubirata.pr.gov.br) indagando o prazo de envio da proposta, da planilha de composição de custos e formação do preço e dos demais documentos solicitados.

Pregoeiro 26/07/2022 08:38:44 Vejamos o e-mail encaminhado: "Gostaríamos que nos informassem qual o prazo ainda que resta para o licitante anexar sua planilha adequada ao sistema. Haja visto que no edital o prazo" Pregoeiro 26/07/2022 08:41:00 Esclarecendo a dúvida: realizei a convocação às 9h21min e a sessão foi suspensa (para intervalo de almoço) às 11h45min: a empresa utilizou 2h24min

Pregoeiro 26/07/2022 08:43:20 A sessão foi retomada às 13h45min e às 14h08min a empresa encaminhou todos os arquivos solicitados inicialmente em edital (proposta de preços, planilha em PDF e planilha em Excel): neste momento a empresa utilizou mais 23 minutos.

Pregoeiro 26/07/2022 08:45:50 A sessão foi suspensa para análise da proposta e da planilha de composição de custos e formação de preço e retomada às 15h30min. Momento este que realizei alguns questionamentos e algumas solicitações (conforme pode ser notado via chat).

Pregoeiro 26/07/2022 08:47:51 No entanto, somente as 16h34min realizei a convocação dos documentos complementares e a sessão foi novamente suspensa (fim do horário de expediente) às 17h00min: a empresa utilizou mais 26 minutos.

Pregoeiro 26/07/2022 08:51:39 Por sua vez, a empresa anexou os documentos anteriormente a reabertura da sessão (hoje às 8h30min).

Pregoeiro 26/07/2022 08:55:45 Verificando o tempo utilizado pela empresa (2h24min + 23min + 26min), entendo que a empresa utilizou até o momento 3h13min. Então, a empresa ainda possui um saldo de 47 minutos para possíveis adequações, caso seja necessário.

Observa-se que a empresa conseguiu entregar a planilha de custo e a proposta dentro do prazo estipulado 3h13min ficando com saldo de 47 minutos para alguma eventualidade, notou-se também que o intervalo do almoço já havia sido configurado antes de saber quem era a empresa classificada não havendo favorecimento a empresa classificada, do modo que se pode observar via chat.

3- DA DECISÃO

Dessa forma, conforme Diante dos argumentos apresentados e levando em consideração as

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

UBIRATÃ

PREFEITURA



informações coletada, esta Divisão de licitação, pautado nos princípios da isonomia, legalidade, razoabilidade e impessoalidade resolve **NEGAR PROVIMENTO**, julgando improcedente os argumentos expostos pela empresa ECOVITALLE SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI conforme os motivos já informados. Dessa forma, fica mantida a decisão como vencedora do item a empresa T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, conforme o exposto acima, encaminhando, pois, nos termos do Art. 4º da Lei nº 10.520/02, à autoridade competente para decisão final.


DIVISÃO DE LICITAÇÃO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

➤ Pregão Eletrônico**▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE UBIATÁ – ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 104/2022

Processo Licitatório: nº 5722/2022

OBJETO: Contratação de empresa para realizar serviço de corte de árvores.

ECOVITALE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.071.292/0001-28 e na IE sob nº 90542662-16, com sede à Rua das Papoulas, nº 256 – Vila Adriana, CEP 85.854-491, nesta cidade de Foz do Iguaçu/PR, endereço eletrônico luishgollin@gmail.com, representada legalmente por Sr. LUÍS HENRIQUE GOLLIN, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5.660.320-4 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 042.491.709-26, podendo ser encontrado no endereço acima citado, vem à presença de Vossa Excelência, por seu procurador devidamente constituído (procuração anexa), com escritório profissional situado na Rua Naipi, nº 982, Centro, Foz do Iguaçu/PR, CEP 85.851.230, local em que recebe intimação e demais atos judiciais, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, com amparo no item 15 do Edital em epígrafe, conforme razões abaixo transcritas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, importa dizer o recurso sobre a licitação em questão é tempestiva e se encontra em conformidade com o item 15 do Edital de Pregão Eletrônico n.º 104/2022 que expressa que após a admissão do recurso, o recorrente terá prazo máximo de 3 (três) dias úteis para apresentar suas razões.

2. DA NARRATIVA FÁTICA

A sessão do Pregão Eletrônico n.º 104/2022 ocorreu em 25 de julho de 2022, às 08h30min, na plataforma Compras Governamentais.

Durante a fase de lances, a empresa que obteve o menor valor foi a licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, e de acordo com o item 12 do Edital, deveria enviar no prazo de até 4 (quatro) horas, a contar da solicitação do Sr. Pregoeiro, a Proposta Final e Planilha de Custos e Formação de Preços como documento complementar.

Ocorre que o envio da Proposta e da Planilha de Custos e Formação de Preços foi solicitado pelo Sr. Pregoeiro às 09h21min do dia 25 de julho, porém, a sessão foi suspensa pelo Sr. Pregoeiro sem qualquer justificativa às 11h45min, sendo reaberta às 13h45min. Ainda foi registrado através do chat do sistema COMPRAS GOVERNAMENTAIS, pelo Sr. Pregoeiro, que “durante a suspensão” da sessão pública o prazo para envio de documentação “não seria computado”.

Pois bem, às 13h45min a sessão foi reaberta, sendo constatado pelo Sr. Pregoeiro que a Licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO havia encaminhado somente o documento de proposta ajustada, fato que foi registrado pela plataforma de compras às 12h32min. Após isso, o Sr. Pregoeiro entendendo que o arrematante ainda se encontrava dentro do prazo para envio da documentação complementar, reabriu o sistema para envio da Planilha de Custos e Formação de Preços, sendo esses anexados no sistema às 13h58min, somente em formato “PDF”. Entretanto, após o envio do documento em arquivo “PDF”, a Licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO solicitou novamente abertura do campo no sistema para envio do documento de planilha em formato “EXCEL”.

Em ato contínuo, a sessão foi suspensa pelo Sr. Pregoeiro para que este pudesse analisar a documentação enviada, reabrindo a sessão às 15h56min para solicitar esclarecimentos sobre o conteúdo da Planilha de Custos e Formação de Preços, referente ao submódulo 2.2 e módulo 6, enviado pelo arrematante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO. Após isso, mais uma vez o Sr. Pregoeiro suspendeu a sessão, às 17h01min, com previsão de reabertura no dia 26 de julho de 2022, às 08h31min. Ainda no dia 25 de julho, às 20h47min, enquanto a sessão estava suspensa, o Licitante anexou no sistema as Planilha de Custos e Formação de Preços juntamente com outros documentos.

A reabertura da sessão aconteceu às 08h32min do dia 26. Ao mesmo tempo, o Sr. Pregoeiro aproveitou a oportunidade para informar que a empresa RBS OBRAS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, que igualmente participava da aludida licitação, havia entrado em contato via e-mail, com o setor de licitação, indagando o prazo de envio da proposta ajustada e documentações complementares do arrematante.

Por fim, o Sr. Pregoeiro declarou aceita a proposta do arrematante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, às 09h02min, sendo aberto o prazo para manifestação de interposição de recursos.

A seguir seguem as razões de recurso para os pontos que merecem reforma nas decisões do Sr. Pregoeiro no processo licitatório em questão.

3. DAS RAZÕES

3.1 DESRESPEITO AOS ITENS 12.1, 12.1.7 e 12.2 do EDITAL - NÃO OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – LICITANTE QUE APRESENTOU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES FORA DO PRAZO ESTIPULADO EM EDITAL (PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS)

A Licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, consagrou-se vencedora do Processo Licitatório do Pregão Eletrônico 104/2022, conforme citado anteriormente. No entanto, apresentou a documentação complementar de Planilha de Composição de Custos fora do prazo previsto no edital de licitação, e conseqüentemente, em desacordo a legislação vigente que regulamenta os processos de licitações.

É de conhecimento comum, que dentre os principais princípios licitatórios destaca-se o da vinculação da administração ao edital, o qual regulamenta o certame licitatório, princípio previsto no art. 3º, da Lei 8.666/1993.

Tal princípio, assegura a todos os envolvidos, que durante a participação de um processo licitatório, as regras lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação sejam obrigatoriamente respeitadas, sob pena de ofensa ao citado princípio da vinculação do edital, segundo o qual diz que o “edital é lei entre as partes”, ou seja, que todos devem se submeter às regras lá impostas, sendo este um dos mais importantes nortes em qualquer processo licitatório.

O edital do Pregão Eletrônico 104/2022, exigiu, em seus itens 12.1, 12.1.7 e 12.2, que após a fase de lances, o vencedor deveria encaminhar a Planilha de Composição de Custos, em arquivos em formato PDF e Excel, juntamente com a proposta ajustada no prazo máximo de 04 (quatro) horas, sob pena de desclassificação da proposta, conforme imagem abaixo extraída do edital:

Logo, o instrumento convocatório deixa claro nos itens 12.1 e 12.1.7, que a empresa vencedora, obrigatoriamente, deveria encaminhar proposta final, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema eletrônico "Compras.gov", devendo conter a Planilha de Composição de Custos em arquivo em formato PDF e Excel, devidamente assinada pelo responsável legal da Licitante:

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até quatro horas a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema "Compras.gov", e deverá conter:

12.1.7. Planilha de Custos e Formação de Preços, incluso composição dos insumos/equipamentos e uniformes/EPI's, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital, em formato Excel e PDF assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.

Não obstante a isso, o item 12.2 prevê ainda, que dentro do prazo de 04 (quatro) horas para envio da proposta ajustada previsto nos itens 12.1 e 12.1.7, estava contabilizado igualmente o prazo para envio da planilha, bem como das correções eventualmente solicitadas pelo Sr. Pregoeiro, sendo que, o não envio ou envio fora do prazo estipulado em edital da aludida documentação, acarretaria na desclassificação da proposta da Licitante. Senão vejamos:

12.2. No prazo de quatro horas estabelecido para envio da proposta vencedora está incluso o prazo para envio da Planilha de Custos e Formação de Preços e eventuais correções necessárias quando solicitadas pelo pregoeiro. Extrapolado o prazo sem que a licitante efetue as correções necessárias, a proposta será desclassificada, sendo convocada a empresa remanescente na ordem de classificação para exercício do mesmo direito.

Ademais, a Lei nº 8.666/1993, regulamenta como a Proposta vencedora deve ser apresentada ao Órgão licitante. Vejamos o disposto no artigo abaixo reproduzido:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

VI - Condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

Logo, considerando que o edital de licitação estabelece formas para apresentação das propostas, bem como critérios para seu julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos, e sendo que este exigiu que "A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até quatro horas a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema "Compras.gov", e deverá conter: Planilha de Custos e Formação de Preços, incluso composição dos insumos/equipamentos e uniformes/EPI's, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital, em formato Excel e PDF assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador" e que "No prazo de quatro horas estabelecido para envio da proposta vencedora está incluso o prazo para envio da Planilha de Custos e Formação de Preços e eventuais correções necessárias quando solicitadas pelo pregoeiro. Extrapolado o prazo sem que a licitante efetue as correções necessárias, a proposta será desclassificada, sendo convocada a empresa remanescente na ordem de classificação para exercício do mesmo direito.", tal exigência, inclusive destacada em negrito e em cor vermelha, devido a sua relevância, deve ser interpretada como critério de julgamento da proposta na referida licitação.

Importante registra ainda, que os fatos aqui narrados em ordem cronológica podem ser confirmados pelo documento que seguirá em anexo da Ata da Sessão do Pregão Eletrônico 104/2022 (Doc. anexo).

Portanto, a considerar o envio da documentação fora do prazo estabelecido, a desclassificação da aludida proposta é medida imprescindível a ser adotada, sob pena de violação da regra disposta no artigo 41 da Lei 8.666/93, a saber:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Além disso, a Lei 8.666/93 determina os critérios para julgamento e classificação das propostas vencedoras, requisitos esses que não foram resguardados pelo Sr. Pregoeiro, uma vez em que aceitou a proposta da Licitante vencedora, vejamos o que dispõe o artigo 43 do referido diploma:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Do mesmo modo, o Sr. Pregoeiro ao aceitar a proposta aqui atacada, ignorou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e por consequência infringiu as determinações esculpidas no art. 44 da Lei nº 8.666/93:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Em casos análogos discutidos neste tópico, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região entendeu recentemente que não há ilegalidade na desclassificação de proponente que apresente documentação em desacordo com o exigido em edital, vejamos:

TRF-4 – Julgado em 29/07/2020

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROPOSTA APRESENTADA EM DESACORDO COM O EDITAL. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA ISONOMIA. ARTIGOS 3º E 41 DA LEI 8.666/93. 1. O Pregão Eletrônico, enquanto modalidade licitatória de contratação com a Administração Pública, deve ser regido pelos princípios que a orientam, com especial relevo para o da isonomia. Desse modo, assegura-se a igualdade de condições entre os particulares que dela participam, consagrando-se vencedora a proposta que melhor atende, de maneira objetiva, às exigências do edital. 2. Não há qualquer ilegalidade na desclassificação de empresa licitante que apresenta proposta e documentação em desacordo com as exigências do edital de Pregão Eletrônico, em atenção aos princípios da isonomia entre os licitantes, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como dos artigos 3º e 41 da Lei 8.666/93. (TRF-4 - AC: 50250454120164047200 SC 5025045-41.2016.4.04.7200, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 29/07/2020, QUARTA TURMA). (Destacamos).

TRF-4 – Julgado em 03/06/2020

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROPOSTA APRESENTADA EM DESACORDO COM O EDITAL. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA ISONOMIA. ARTIGOS 3º E 41 DA LEI 8.666/93. O Pregão Eletrônico, enquanto modalidade licitatória de contratação com a Administração Pública, deve ser regido pelos princípios que a orientam, com especial relevo para o da isonomia. Desse modo, assegura-se a igualdade de condições entre os particulares que dela participam, consagrando-se vencedora a proposta que melhor atende, de maneira objetiva, às exigências do edital. In casu, impõe-se a anulação do ato administrativo que havia consagrado vencedora proposta apresentada inequivocamente em desacordo com as exigências do edital de Pregão Eletrônico, em atenção aos princípios da isonomia entre os licitantes, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como dos artigos 3º e 41

da Lei 8.666/93. (TRF-4 - APL: 5006959220164047200 SC 5006959-22.2016.4.04.7200, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 03/06/2020, QUARTA TURMA). (Destacamos).

Vale destacar ainda, que não cabe justificativa do Sr. Pregoeiro, bem como da Licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, no sentido de impossibilidade da empresa arrematante em anexar o aludido documento na plataforma dentro do prazo de suspensão, visto que a empresa arrematante anexou documentos no sistema por 2 (duas) oportunidades, a saber: Às 12h32min e às 20h47min do dia 25 de julho de 2022.

Portanto, a considerar que o Sr. Pregoeiro ao suspender de forma inadequada a sessão do Pregão Eletrônico 104/2022, dilatando o prazo para envio da proposta ajustada, assim como da planilha de composição de custos da Licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, extrapolou suas atribuições no processo licitatório, e esta por sua vez, ao encaminhar a planilha de composição de custos fora do prazo de 04 (quatro) horas determinado em edital, descumpriu o regramento no instrumento convocatório, razão pela qual a proposta da referida licitante deve ser desclassificada do presente processo licitatório, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e por deixar de cumprir obrigação expressa no edital, isso tudo com fundamento no art. 48 da Lei 8.666/1993.

3.2. DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO PELA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO POR PARTE DO PREGOEIRO AO SUSPENDER A SESSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022 – FATO ESSE QUE DEVE SER INTERPRETADO COMO BENEFICIAMENTO A LICITANTE VENCEDOR.

Seguindo o rito procedimental, o Sr. Pregoeiro, após a fase de lances, solicitou a empresa vencedora T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, o encaminhamento da sua proposta ajustada, bem como a sua Planilha de Custos e Formação de Preços, isso às 09h21min do dia 25/07/22. Levando em consideração o já relatado nos tópicos anteriores, o prazo para envio dos referidos documentos esgotaria às 13h21min da mesma data. Porém, sem qualquer justificativa, o Sr. Pregoeiro, decidiu suspender a sessão às 11h45min (25/07/22), alegando apenas que durante o período de suspensão da sessão não seria computado prazo para encaminhamento da documentação, retornando às 13h45min.

Durante o período de suspensão, a arrematante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO encaminhou, especificamente às 12h32min, anexo contendo somente o documento da proposta ajustada, não cumprindo com o previsto em edital de licitação (itens 12.1, 12.1.7 e 12.2), pois não anexou a documentação complementar à proposta, qual seja, a Planilha de Custos e Formação de Preços.

Às 13h45min, extrapolado o prazo de 04 (quatro) horas determinado em edital para envio de qualquer outra documentação, o Sr. Pregoeiro reabriu a sessão para verificar se a arrematante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO havia encaminhado a documentação solicitada no instrumento convocatório, e nesse momento identificou a falta da planilha, ao passo que, fez nova convocação à arrematante, reabrindo o campo para que esta anexasse o documento em formato PDF e Excel, para então cumprir o exigido no edital.

Aproveitando a rara oportunidade, a arrematante então anexou em campo próprio do sistema a Planilha de Custos e Formação de Preços somente em formato PDF, às 13h58min, em flagrante descumprimento ao item 12.1.7 do edital.

Na sequência, a licitante T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO identificou o seu erro (envio da planilha somente em arquivo PDF), e na tentativa de corrigi-lo, solicitou mais um vez a reabertura do campo do sistema para complementar o envio da sua documentação, o qual foi deferido pelo Sr. Pregoeiro, visto que o documento (Planilha de Custos e Formação de Preços) em formato EXCEL foi anexado no sistema somente às 14h08 do dia 25/07/2022.

Após todo o acontecido, o Sr. Pregoeiro então suspendeu processo para análise da documentação, voltando a reabrir o “chat” às 15h56min para solicitar esclarecimentos à arrematante e comprovação documental em relação ao preenchimento da planilha no sub módulo 2.2 e no módulo 6, suspendendo novamente a sessão às 17h01min.

Em nova oportunidade, e atendendo ao solicitado pelo Sr. Pregoeiro, a empresa vencedora encaminhou na plataforma do “Compras.gov”, anexos contendo: Planilha de Custos e Formação de Preços, em formato PDF e Excel; Proposta ajustada e outros documentos, somente às 20h47min do dia 25 de julho.

No dia seguinte (26/07/22), o Sr. Pregoeiro então reabriu a sessão às 08h32 e declarou aceita a proposta da empresa arrematante às 09h02min.

Contudo, com base na legislação vigente e regras previstas no edital, a suspensão realizada pelo Sr. Pregoeiro, às 11h45min, do dia 25/07/22, fere diretamente o princípio da motivação do ato administrativo, pois feita sem qualquer fundamento para tanto, em desacordo ao estabelecido no item 14.15 do edital, interrompendo a contagem do prazo previsto para que a arrematante, T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, enviasse a documentação devida através do sistema eletrônico, ato esse que a beneficiou. Vejamos:

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

O instrumento convocatório (Edital de Pregão Eletrônico nº 104/2022 - Processo Licitatório nº 5722/2022) permite que haja a suspensão da sessão em caso de necessidade de análise minuciosa de documentos exigidos, fato que não ocorreu na situação em questão, sendo ampliado pelo Sr. Pregoeiro, de forma equivocada o prazo para envio da documentação pela Licitante vencedora, sem a devida motivação.

O princípio da motivação impõe à Administração Pública a obrigatoriedade de fundamentar o ato praticado, bem como o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a decisão do ato nos termos do art. 2º, § único, VII, da Lei n. 9.784/99:

Art. 2. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

Releva notar que a medida já faz parte de comentários de ilustres juristas e doutrinadores da Pátria:

Celso Antônio Bandeira de Mello “dito princípio implica para a Administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações que deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este último esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de arrimo”.

Logo, não havia previsão editalícia para uma dilação do prazo de envio da referida documentação, quanto mais sem a devida motivação que corroborasse acréscimo no prazo de 04 (quatro) horas, onde deveriam serem feitas, inclusive, as eventuais correções e prestado os devidos esclarecimentos, na forma dos itens 12.1, 12.1.7 e 12.2 do Edital 104/2022, razão pela a proposta da empresa T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO deve ser desclassificada.

4. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto e dos sólidos elementos legais e documentos acostados, requer a Vossa Senhoria:

(a) O recebimento desse recurso, e consequentemente, o seu provimento para que seja decretada a desclassificação da empresa T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO no Processo Licitatório de Edital do Pregão Eletrônico 104/2022 da Prefeitura Municipal de Ubatã, diante das razões acima expostas;

(b) Em caso da manutenção da decisão aqui atacada, a Recorrente irá apresentar pedido de representação perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Pede deferimento,
Foz do Iguaçu/PR, 29 de julho de 2022.

Gabriel Francisco Ceccon Enebelo
OAB/PR 71.771

Fechar